UFRN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CONCURSO PÚBLICO

Edital nº 018/2017

Auditor

Leia estas instruções:

1	Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
2	Este Caderno contém, respectivamente, **uma** proposta de Redação e **50 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: **01 a 10** › Língua Portuguesa; **11 a 20** › Legislação; **21 a 50** › Conhecimentos Específicos.
3	Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
4	A Redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo na **Folha de Redação** fornecida pela Comperve.
5	Escreva de modo legível, pois dúvida gerada por grafia ou rasura implicará redução de pontos.
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
7	Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não adianta pedir esclarecimentos aos fiscais.
8	A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
9	Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
10	Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
11	Você dispõe de, no máximo, **quatro horas e trinta minutos** para redigir o texto definitivo na **Folha de Redação**, responder às questões e preencher a **Folha de Respostas**.
12	O preenchimento da Folha de Respostas e da Folha de Redação é de sua inteira responsabilidade.
13	Antes de se retirar definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal **este Caderno**, a **Folha de Respostas** e a **Folha de Redação**.

Assinatura do Candidato: _____

Prova de Redação

Em 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que "A Administração Pública deve proceder ao desconto dos dias de paralisação decorrente do exercício do direito de greve pelos servidores públicos, em virtude da suspensão do vínculo funcional que dela decorre, permitida a compensação em caso de acordo". O desconto nos salários seria possível mesmo antes de a Justiça estabelecer se a paralisação seria ilegal.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Colocando-se na posição de cidadão brasileiro, escreva uma carta aberta à Presidente do STF manifestando seu posicionamento sobre o desconto dos dias de paralisação decorrente do exercício do direito de greve.

INSTRUÇÕES

- Sua carta deverá, obrigatoriamente, atender as seguintes exigências:
  - ser redigida no espaço destinado à versão definitiva na Folha de Redação;
  - apresentar, explicitamente, um ponto de vista fundamentado em, no mínimo, dois argumentos;
  - ser redigida na variedade padrão da língua portuguesa;
  - não ser escrita em versos;
  - conter, no máximo, 40 linhas;
  - respeitar as normas de citação de textos;
  - não ser assinada (nem mesmo com pseudônimo).

ATENÇÃO

- Será atribuída **NOTA ZERO** à redação em qualquer um dos seguintes casos:
  - texto com até 14 linhas;
  - fuga ao tema ou à proposta;
  - letra ilegível;
  - identificação do candidato (nome, assinatura ou pseudônimo);
  - texto que revele desrespeito aos direitos humanos ou que seja ofensivo.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	

25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

(NÃO ASSINE O TEXTO)

Língua Portuguesa 01 a 10

As questões de número 01 a 10 referem-se ao texto abaixo.

MOÇA BONITA NÃO PAGA?

Maíra Zapater

Em junho de 2017, uma juíza do Distrito Federal, ao julgar uma ação proposta por um homem contra os organizadores de uma festa que cobrava preços diferentes para os ingressos de homens e mulheres, declarou ser ilegal a prática. À decisão, seguiu-se agora, em julho, nota técnica da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça reafirmando a ilegalidade da cobrança diferenciada e ressaltando que os estabelecimentos que não se adaptassem estariam sujeitos às sanções previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor.

Ambas as determinações geraram polêmica (aliás, como parece acontecer com tudo – ou quase tudo – que envolva demandas feministas relacionadas à desigualdade de gênero). Se até então eram frequentes, nas conversas de bar travadas tanto nas mesas quanto nas redes sociais, afirmações tais como *"nunca vi feminista reclamar na hora de entrar de graça ou pagar mais barato na balada!"* (em geral proferida com sua gêmea siamesa *"na hora de pedir serviço militar obrigatório, as feministas ficam quietas"*), agora parece que o jogo virou, e os críticos preferem manifestar sua indignação dizendo que *"as feministas querem impor sua ideologia pra todo mundo e obrigar as mulheres a pagarem mais caro na balada", "vai acabar balada", "nunca mais ninguém vai sair pra* ***night****", "ninguém vai pegar mais ninguém", "as feministas vão fazer fechar as casas noturnas"* e por aí vai.

Piadas à parte, e sem entrar no mérito da (in)coerência das críticas, quero, na coluna de hoje, contribuir com argumentos para a discussão, sugerindo duas perguntas para, juntos, pensarmos sobre o assunto. Parece-me ser relevante refletir sobre dois aspectos: primeiro, é discriminatório cobrar preços diferentes para homens e mulheres na balada? E, segundo: se for discriminatório, o estabelecimento (que é privado) tem liberdade de discriminar seu público, cabendo ao consumidor exercer a sua liberdade de frequentar ou não o local conforme suas próprias convicções?

Os exemplos – ainda que hipotéticos – são sempre úteis para trazer à concretude abstrações por vezes nem tão acessíveis. Então, vamos lá: um exercício sempre eficaz para examinar se a questão de gênero faz ou não diferença em determinada situação é a inversão dos gêneros dos protagonistas. Pois imaginemos que uma determinada balada resolva cobrar mais barato o ingresso dos homens. O dono do estabelecimento justifica a adoção dessa política de preços afirmando preferir que haja maioria de homens no local, porque *"como todo mundo sabe, muita mulher junta sempre acaba dando confusão"* e que *"ninguém gosta de estar numa festa em que só tenha mulher". "Além disso"*, continua ele, *"todo mundo sabe que, quando a mulherada sai pra* ***night****, só quer saber de pegação e, com certeza, vai preferir ir a um lugar onde tenha o máximo possível de homens para escolher".*

A situação hipotética pareceu estranha, de alguma forma, com a inversão dos lugares-comuns em geral apresentados para justificar a cobrança mais barata para mulheres? Bom, se a narrativa ganhou conotações diferentes em decorrência dessa inversão, significa que há expectativas diferentes para homens e mulheres colocados em uma mesma situação social e que se construiu ali uma relação desigual entre homens e mulheres – e, portanto, (no mínimo, potencialmente) discriminatória e ilícita, já que a Constituição veda o tratamento desigual entre iguais (vale lembrar que o inciso II do artigo 5º da CF estabelece que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações", o que só reforça a invalidade jurídica do fator de discriminação com o qual se pretende justificar a cobrança diferenciada).

Pois bem. Assumindo que concordamos – eu e você, leitora e leitor – que há discriminação na prática de cobrar ingresso mais barato de mulheres nas festas e casas noturnas, resta pensar no segundo questionamento que propus acima: o estabelecimento privado tem a liberdade de adotar uma política considerada discriminatória, cabendo ao público consumidor escolher se quer ou não frequentar o local?

Ilustremos com outro exemplo hipotético (ou talvez menos fictício do que gostaríamos): imaginemos que o dono de uma casa noturna queira construir uma reputação de que seu estabelecimento seja um local "onde só vai gente bonita". Para garantir que, segundo seus critérios subjetivos e seu "tino empresarial", seja mantido um padrão estético mínimo nos frequentadores da casa, esse proprietário estabelece uma "cota máxima" para negros no local, estipulando um número limite de pessoas negras por noite, e determinando, ainda, que pessoas brancas têm direito a um ingresso com desconto. Esse empresário se justifica dizendo o seguinte: *"Não é racismo, é só uma questão de gosto. Eu concordo com o padrão hegemônico de beleza que, em geral, vemos nas revistas, novelas e filmes e acho que as pessoas brancas são mesmo mais bonitas e que é muito mais agradável estar numa balada com maioria de pessoas brancas. É só a minha opinião. Quem não concordar e tiver uma opinião diversa, não é obrigado a vir na minha casa noturna".*

Teria o nosso empresário hipotético a liberdade de adotar uma política discriminatória por entender ser a mais lucrativa para o seu estabelecimento?

Aqui tocamos no sensível ponto dos limites entre a liberdade no campo privado e o dever de atuação do Estado quando há uma violação de direitos humanos entre particulares – sim, discriminar em razão de cor, raça, religião, gênero, orientação sexual etc. viola o direito à igualdade. Da mesma forma que a discriminação racial do segundo exemplo, a discriminação de gênero é também uma forma de violação – ainda que pareça vir disfarçada do "privilégio" de pagar mais barato um ingresso.

A ideia de uma presença majoritária de mulheres diz respeito a um tipo específico de balada, na qual, seguramente, as mulheres não gozam das mesmas prerrogativas de liberdade sexual que os homens – será que as moças que "saem pra pegação" são socialmente vistas da mesma maneira que os meninos na mesma situação? Ao defender a possibilidade de manutenção de cobrança diferenciada para mulheres, não estaremos a reafirmar estereótipos profundamente prejudiciais? E, de mais a mais, não é com essa alteração que "a balada ficou cara", não é mesmo? Que tal revermos toda essa política de preços na qual se vendem "experiências" – e, claro, vai e paga quem pode e quem quer – mas tornando esse espaço de acesso público **friendly*** para mulheres da mesma forma que para os homens?

Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br>. Acesso em: 11 jul. 2017.

*__friendly__ = amigável

01. O propósito comunicativo principal do texto orienta-se para

A) negar, com concessões, o posicionamento das clientes dos estabelecimentos.

B) refutar, com concessões, o posicionamento dos donos dos estabelecimentos.

C) enaltecer, sem concessões, o posicionamento das feministas.

D) confirmar, sem concessões, o posicionamento da juíza.

02. Considere o parágrafo final do texto:

> A ideia de uma presença majoritária de mulheres diz respeito a um tipo específico de balada, na qual, seguramente, as mulheres não gozam das mesmas prerrogativas de liberdade sexual que os homens – será que as moças que "saem pra pegação" são socialmente vistas da mesma maneira que os meninos na mesma situação? Ao defender a possibilidade de manutenção de cobrança diferenciada para mulheres, não estaremos a reafirmar estereótipos profundamente prejudiciais? E, de mais a mais, não é com essa alteração que "a balada ficou cara", não é mesmo? Que tal revermos toda essa política de preços na qual se vendem "experiências" – e, claro, vai e paga quem pode e quem quer – mas tornando esse espaço de acesso público **friendly** para mulheres da mesma forma que para os homens?

Mesmo implícitas, as possíveis respostas para o conjunto de perguntas presentes no parágrafo

A) convergem para o ponto de vista defendido e imprimem força argumentativa.

B) divergem do ponto de vista defendido e imprimem força argumentativa.

C) inserem nova problemática a ser discutida, sem imprimirem força argumentativa

D) recontextualizam a problemática focada, sem imprimirem força argumentativa.

03. Nos segundo e quarto parágrafos, a citação do discurso alheio objetiva, sobretudo,

A) contextualizar a problemática focada sem fazer remissão ao embate das ideias sobre o tema em pauta.

B) panoramizar argumentos que ratificam o ponto de vista defendido no texto.

C) evidenciar argumentos que se afastam do ponto de vista defendido no texto.

D) esclarecer a complexidade da discussão sem negar a possibilidade de um acordo entre as partes interessadas.

04. Considere o parágrafo

> Os exemplos – ainda que hipotéticos – são sempre úteis para trazer à concretude abstrações por vezes nem tão acessíveis. Então, vamos lá: um exercício sempre eficaz para examinar se a questão de gênero faz ou não diferença em determinada situação é a inversão dos gêneros dos protagonistas. Pois imaginemos que uma determinada balada resolva cobrar mais barato o ingresso dos homens. O dono do estabelecimento justifica a adoção dessa política de preços afirmando preferir que haja maioria de homens no local, porque *"como todo mundo sabe, muita mulher junta sempre acaba dando confusão"* e que *"ninguém gosta de estar numa festa em que só tenha mulher". "Além disso"*, continua ele, *"todo mundo sabe que, quando a mulherada sai pra night, só quer saber de pegação e, com certeza, vai preferir ir a um lugar onde tenha o máximo possível de homens para escolher"*.

A ideia central do parágrafo encontra-se explicitada

A) nos dois últimos períodos.

B) no primeiro período.

C) nos dois penúltimos períodos.

D) no segundo período.

05. Nos quinto e sexto parágrafos, a linguagem apresenta-se

A) em norma-padrão, com interferências localizadas de informalidade.

B) em norma-padrão, sem interferências localizadas de informalidade.

C) em registro informal, com interferências da norma-padrão, em consonância com o gênero discursivo.

D) em registro informal, sem interferências da norma-padrão, em consonância com o gênero discursivo.

06. Em relação ao período inicial dos segundo, terceiro e quinto parágrafos, faz-se presente,

A) em todos os casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.

B) em nenhum dos casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.

C) apenas nos dois primeiros casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.

D) apenas nos dois últimos casos, expressão coesiva estabelecendo interligação com o parágrafo anterior.

07. Considere o parágrafo:

> Aqui tocamos no sensível ponto dos limites entre a liberdade no campo privado e o dever de atuação do Estado quando há uma violação de direitos humanos entre particulares – sim, discriminar em razão de cor, raça, religião, gênero, orientação sexual etc. viola o direito à igualdade. **Da mesma forma que a discriminação racial do segundo exemplo, a discriminação de gênero é também uma forma de violação – ainda que pareça vir disfarçada do "privilégio" de pagar mais barato um ingresso.**

Em relação ao período anterior, o período em destaque estabelece relação semântica de

A) explicação e poderia se iniciar com "pois".

B) contraposição e poderia se iniciar com "entretanto".

C) adição e poderia se iniciar com "ademais".

D) conclusão e poderia se iniciar com "portanto".

08. Considere o trecho:

> [...] se for discriminatório, o estabelecimento (que é privado) tem liberdade de discriminar **seu** (1º) público, cabendo ao consumidor exercer a **sua** (2º) liberdade de frequentar ou não o local conforme **suas** (3º) próprias convicções?

O pronome possessivo estabelece retomada

A) de substantivos diferentes apenas nos dois últimos casos.

B) do mesmo substantivo apenas nos dois últimos casos.

C) do mesmo substantivo em todos os casos.

D) de substantivos diferentes em todos os casos.

09. Considere o período:

> À decisão, **seguiu**-se (1º) agora, em julho, nota técnica da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça **reafirmando** (2º) a ilegalidade da cobrança diferenciada e ressaltando que os estabelecimentos que não se adaptassem estariam sujeitos às sanções previstas no artigo 56 do Código de Defesa do Consumidor.

As formas verbais destacadas têm

A) sujeito diferente, posposto em ambos os casos.

B) o mesmo sujeito, anteposto em ambos os casos.

C) o mesmo sujeito, posposto no primeiro caso e anteposto no segundo caso.

D) sujeito diferente, anteposto no primeiro caso e posposto no segundo caso.

10. Considere o período:

> Assumindo que **concordamos** (1º) – eu e você, leitora e leitor – que há discriminação na prática de cobrar ingresso mais barato de mulheres nas festas e casas noturnas, **resta** (2º) **pensar** (3º) no segundo questionamento que **propus** (4º) acima [...].

Nesse período, o verbo da oração principal é o

A) terceiro.

B) quarto.

C) primeiro.

D) segundo.

Legislação 11 a 20

11. Um servidor estável retornou ao cargo anteriormente ocupado, após constatada, em estágio probatório, sua inabilitação para outro cargo. Com base nas disposições expressas no regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), esse servidor foi

A) readaptado.

B) reconduzido.

C) reintegrado.

D) aproveitado.

12. De acordo com as normas previstas no regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), remuneração é

A) a soma do vencimento do cargo efetivo com as diárias e vantagens pecuniárias estabelecidas em lei.

B) o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

C) o vencimento do cargo efetivo, acrescido do auxílio-moradia, das diárias, das retribuições e da ajuda de custo.

D) a soma das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei com as gratificações e os adicionais.

13. A Lei nº 8.112/90 prevê que as reposições e indenizações ao erário podem ser parceladas, a pedido do interessado, sendo que o valor de cada parcela se limita a, no mínimo,

A) treze por cento da remuneração, provento ou pensão.

B) onze por cento da remuneração, provento ou pensão.

C) doze por cento da remuneração, provento ou pensão.

D) dez por cento da remuneração, provento ou pensão.

14. Considerando o que expressamente dispõe o regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), analise as afirmativas a seguir:

I	O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de quinze dias.
II	À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de seis meses, contado do óbito.
III	Diárias, transporte, ajuda de custo e auxílio-moradia constituem indenizações ao servidor.
IV	Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

Das afirmativas, estão corretas

A) II e III.

B) I e III.

C) III e IV.

D) I e IV.

15. Um servidor lotado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte opera com substâncias radioativas. À luz das normas expressas na Lei nº 8.112/90, esse servidor deve ser submetido a exame médico a cada

A) oito meses.

B) seis meses.

C) sete meses.

D) nove meses.

16. O regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90) estabelece que o serviço noturno, prestado em horário compreendido entre vinte e duas horas de um dia e cinco horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de

A) vinte e cinco por cento, computando-se cada hora como cinquenta minutos e trinta segundos.

B) vinte por cento, computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta e cinco segundos.

C) vinte e cinco por cento, computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

D) vinte por cento, computando-se cada hora como cinquenta minutos e trinta e cinco segundos.

17. Segundo dispõe a Lei nº 8.112/90, a partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à Licença para Atividade Política, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de

A) cinco meses. **C)** três meses.

B) seis meses. **D)** quatro meses.

18. Um servidor estável, ocupante do cargo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi investido para o exercício de mandato eletivo de Deputado Federal. Nessa situação, considerando-se as disposições da Lei nº 8.112/90, esse servidor

A) ficará afastado do cargo.

B) receberá a remuneração do cargo cumulativamente com o subsídio de Deputado Federal.

C) fará a opção pela remuneração do cargo.

D) manterá a remuneração do cargo acrescida de 50% do subsídio de Deputado Federal.

19. Considerando as disposições do regime jurídico dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), analise as afirmativas a seguir:

I	A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.
II	Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de sessenta dias consecutivos.
III	As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
IV	Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até setenta dias, com prejuízo da remuneração.

Dentre as afirmativas, estão corretas

A) I e III. **C)** II e III.

B) I e II. **D)** III e IV.

20. O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada. À luz das disposições previstas na Lei nº 8.112/90, a comissão revisora deverá concluir os trabalhos dentro do prazo de

A) setenta e cinco dias. **C)** setenta dias.

B) sessenta e cinco dias. **D)** sessenta dias.

Conhecimentos Específicos 21 a 50

21. O exame independente e objetivo de uma situação ou condição, em confronto com um critério ou padrão preestabelecido, a fim de que se possa opinar ou comentar a respeito para um destinatário predeterminado, é conhecido por

A) materialidade. **C)** controle.

B) auditoria. **D)** fiscalização.

22. A fiscalização da União e das entidades da Administração Direta e Indireta, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade, à aplicação das subvenções e à renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo Sistema de Controle Interno (SCI) de cada Poder. Nos termos da Constituição Federal e segundo o referencial técnico da atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal (IN nº 3, de 09 de junho de 2017), a auditoria é exercida por meio das fiscalizações

A) financeira, ininterrupta, operacional e periódica.

B) contábil, financeira, periódica, operacional e patrimonial.

C) financeira, orçamentária, ininterrupta e patrimonial.

D) contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

23. O apoio ao controle externo operacionaliza-se por meio da cooperação entre o Sistema de Controle Interno e os órgãos de controle externo, na troca de informações e de experiências, bem como na execução de ações integradas, sendo estas compartilhadas ou complementares. De acordo com o art. 74 da Constituição Federal de 1988, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com algumas finalidades. Considerando essas informações, analise as finalidades a seguir:

I	Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
II	Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à moralidade e à economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União.
III	Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias bem como dos direitos e haveres da União.
IV	Apoiar a aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado bem como o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Os itens que representam finalidades do sistema de controle interno dos poderes da República são

A) I e IV. **B)** II e IV. **C)** III e IV. **D)** I e III.

24. Os princípios representam o arcabouço teórico sobre o qual repousam as normas de auditoria. São valores persistentes no tempo e no espaço, que concedem sentido lógico e harmônico à atividade de auditoria interna governamental e lhe proporcionam eficácia. As Unidades de Auditoria Interna Governamental devem assegurar que a prática da atividade de auditoria seja pautada por princípios e requisitos éticos. Nesse contexto, considere os princípios a seguir:

I	legalidade e transparência.
II	Impessoalidade e moralidade.
III	proficiência e zelo profissional.
IV	autonomia técnica e objetividade.

São Princípios Fundamentais para a Prática da Atividade de Auditoria Interna Governamental os que estão descritos nos itens

A) I e II. **B)** II e IV. **C)** III e IV. **D)** I e III.

25. O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle (MTFC) determinam, aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, a adoção de uma série de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos e à governança. As novas orientações foram publicadas na Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 001 de 10/05/2016, que encerra alguns conceitos. Conforme as definições estabelecidas nessa IN, accountability é

A) conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada pela direção e pelo corpo de servidores das organizações.

B) atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização, auxiliando a organização a realizar seus objetivos, a partir da aplicação de uma abordagem sistemática para avaliar e melhorar a governança.

C) atividade de avaliação da operacionalização dos controles internos da gestão, executada por todos os níveis de gestão dentro da organização e da supervisão dos controles internos realizada por instâncias específicas, como comitês de risco e controles internos.

D) conjunto de procedimentos adotados pelas organizações públicas e por seus integrantes que evidenciam sua responsabilidade por decisões tomadas e ações implementadas, incluindo a salvaguarda de recursos públicos, a imparcialidade e o desempenho das organizações.

26. A avaliação de risco é o processo permanente de identificação e análise dos riscos relevantes que impactam o alcance dos objetivos da organização, a qual determina a resposta apropriada ao risco. Os órgãos e entidades, ao efetuarem o mapeamento e a avaliação dos riscos, deverão considerar, entre outras possíveis, as seguintes tipologias de riscos:

A) riscos legais: eventos derivados de alterações legislativas que possam comprometer a própria execução orçamentária do órgão ou da entidade, como atrasos no cronograma de licitações.

B) riscos de imagem: eventos que podem comprometer a reputação do órgão ou da entidade em relação à governança, elevando os padrões de decência e probidade na gestão dos recursos públicos.

C) riscos operacionais: eventos que podem comprometer as atividades do órgão ou da entidade, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas.

D) riscos patrimoniais: eventos que podem comprometer a capacidade do órgão ou da entidade de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades.

27. O processo de análise de riscos, em conformidade com a estrutura de gestão de riscos, é precedido e sucedido, respectivamente,

A) pela avaliação de riscos e pela identificação de riscos.

B) pela identificação de riscos e pelo tratamento de riscos.

C) pela avaliação de riscos e pelo tratamento de riscos.

D) pela identificação de riscos e pela avaliação de riscos.

28. Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal deverão implementar, manter, monitorar e revisar o processo de gestão de riscos, compatível com sua missão e seus objetivos estratégicos, observadas as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 001, de 10/05/2016. A gestão de riscos envolve a contínua avaliação da eficácia dos controles internos implantados na organização para

A) eliminar os riscos críticos.

B) uniformizar os riscos gerenciais.

C) mitigar os riscos relevantes.

D) corrigir os riscos inerentes.

29. A obtenção e o tratamento de dados e informações são cruciais para o sucesso de uma auditoria e não devem ser realizados sem o uso de técnicas apropriadas. Em relação a essas técnicas,

A) a evidência documental consiste na elaboração de perguntas objetivando a obtenção de respostas para quesitos previamente definidos, mais especificamente aquela obtida da aplicação de entrevistas e questionários.

B) a evidência física é obtida em decorrência de uma inspeção física ou observação direta de pessoas, bens ou transações. Normalmente, é apresentada sob a forma de fotografias, gráficos, memorandos descritivos, mapas e amostras físicas.

C) a evidência testemunhal é aquela decorrente das respostas obtidas em entrevistas e questionários, mais especificamente aquela obtida de informações prestadas por pessoas de dentro e de fora da entidade auditada.

D) a evidência analítica consiste na confirmação, por parte de fontes externas à unidade auditada, de informações obtidas junto ao auditado. Pode vir no formato de uma declaração escrita ou de uma ou mais cópias de documentos.

30. Todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa: a Lei Orçamentária Anual – LOA. Dada a importância do Orçamento Público como instrumento de programação e de controle da ação do governo e segundo o art. 165 §5º da Constituição Federal de 1988, essa ferramenta de gestão é composta do

A) Orçamento Fiscal, Orçamento da Saúde e Orçamento da Assistência Social.

B) Orçamento Fiscal, Orçamento da Saúde e Orçamento da Seguridade Social.

C) Orçamento Fiscal, Orçamento da Seguridade Social e Orçamento de Investimentos.

D) Orçamento Fiscal, Orçamento da Assistência Social e Orçamento de Investimentos.

31. Considere o seguinte excerto retirado do art. 165 da Constituição Federal de 1988:

> "[...] estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada."

O excerto refere-se à

A) Lei de Diretrizes Orçamentárias.

B) Lei do Plano Plurianual.

C) Lei Orçamentária Anual.

D) Lei de Responsabilidade Fiscal.

32. O planejamento é classificado em três níveis distintos: estratégico, tático e operacional. Nesse sentido, são exemplos desses níveis de planejamento na Administração Pública, respectivamente,

A) a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e o Plano Plurianual.

B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual.

C) o Plano Plurianual, a Lei Orçamentária Anual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

D) o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

33. Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º, da Constituição Federal, que disporá sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual, serão obedecidas as normas do art. 35 do ADCT, no que tange à vigência e ao prazo.

Com relação ao envio do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), são estabelecidos, respectivamente, os seguintes prazos para encaminhamento dos projetos de lei ao Poder Legislativo:

A) PPA - até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro; LDO - até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e LOA - até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro.

B) LDO - até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro; LOA - até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e PPA - até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro.

C) LDO - até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro; PPA - até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e LOA - até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro.

D) PPA - até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro; LOA - até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e LDO - até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro.

34. Considere o excerto a seguir:

> São valores que ingressam de forma compensatória nos cofres públicos. Operações de caráter financeiro que não integram o orçamento público e que constituirão compromissos exigíveis (dívida flutuante) que serão restituídos.

Esse conceito refere-se a

A) disponibilidades de recursos.

B) receitas orçamentárias.

C) ingressos extraorçamentários.

D) valores extraorçamentários.

35. Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Nesse contexto, considere os princípios a seguir:

I	Competência
II	Unidade
III	Imparcialidade
IV	Universalidade
V	Publicidade
VI	Especificação
VII	Exclusividade
VIII	Prudência
IX	Objetividade
X	Transparência

São princípios orçamentários cuja existência e aplicação derivem de normas jurídicas os presentes nos itens

A) I, II, V, VIII, IX e X.

B) II, IV, V, VI, VII e X.

C) II, IV, V, VII, VIII e IX.

D) I, III, IV, VI, VIII e IX.

36. O orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais, que consistem em autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Isto posto, os créditos

A) especiais dependem, para sua abertura, da prévia exposição de justificativa e da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa.

B) extraordinários são abertos por decreto do Poder Legislativo, que deles dará imediato conhecimento ao Poder Executivo.

C) suplementares terão vigência no exercício em que foram autorizados salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício.

D) adicionais serão autorizados por decreto do Poder Executivo, que, após, cientificará o Poder Legislativo.

37. Receita pública é o conjunto de ingressos monetários aos cofres públicos, provenientes de várias fontes e fatos geradores, que formam as disponibilidades financeiras das quais a Fazenda Pública pode dispor para o financiamento das despesas públicas. A esse respeito,

A) as previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação e da variação do índice de preços.

B) no tocante à conceituação e à classificação da receita pública, as de aluguel, patrimonial, de alienação de bens e de operações de crédito são classificadas como receitas de capital.

C) são receitas de capital os recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público quando destinados a atender a despesas correntes.

D) os ingressos de recursos nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas extraorçamentárias quando representam disponibilidades de recursos financeiros para o erário.

38. A despesa orçamentária pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e a manutenção dos serviços prestados à sociedade. A respeito da despesa pública,

A) o dispêndio extraorçamentário é aquele que depende de autorização legislativa, compreendendo determinadas saídas de numerários decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar.

B) as despesas com amortização do principal da dívida e os juros da dívida amortizados podem ser classificados, respectivamente, como Despesa de Capital e Despesa Corrente.

C) o conjunto de informações que constitui a natureza de despesa orçamentária forma um código estruturado que agrega a categoria econômica, a espécie, a modalidade de aplicação e o elemento.

D) as despesas orçamentárias são classificadas em duas categorias econômicas: correntes e de capital, sendo a primeira a que contribui, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

39. A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei. Os recursos provenientes das Operações de Crédito Orçamentárias são efetuadas para atender às

A) despesas de capital.

B) despesas correntes.

C) insuficiências de caixa.

D) despesas operacionais.

40. Nos termos do artigo 3º da Lei 4.320/64, a lei de orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei. Nesse contexto, as operações de crédito são consideradas

A) receita orçamentária.

B) dívida flutuante.

C) ingresso extraorçamentário.

D) despesa extraorçamentária.

41. Plano de contas é a estrutura básica da escrituração contábil, formada por uma relação padronizada de contas contábeis, que permite o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade de maneira padronizada e sistematizada bem como a elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis de acordo com as necessidades de informações dos usuários. Acerca do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as contas contábeis

A) são identificadas em quatro classes, que apresentam as seguintes naturezas de informação: orçamentária, patrimonial, financeira e controle.

B) possuem atributos conceituais tais como código, título, função, natureza do saldo da conta, sendo a função correspondente à estrutura numérica que admite contas com saldo credor ou saldo devedor.

C) são identificadas por códigos com sete níveis de desdobramento, compostos por nove dígitos, de acordo com a seguinte estrutura: classe, grupo, subgrupo, título, subtítulo, item e subitem.

D) possuem categorias de programação que registram, processam e evidenciam os fatos financeiros e não financeiros e suas variações qualitativas e quantitativas.

42. As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Com base nessas informações, considere os demonstrativos a seguir:

I	Balanço Orçamentário
II	Evolução do Patrimônio Líquido
III	Balanço Financeiro
IV	Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
V	Balanço Patrimonial
VI	Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
VII	Demonstrativo das Variações Patrimoniais
VIII	Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
IX	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
X	Relatório de Gestão Fiscal

Os demonstrativos exigidos para fins de apresentação das demonstrações contábeis nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público estão presentes nos itens

A) I, III, IV, VI e X.

B) I, II, V, VIII e X.

C) I, IV, V, VII, VIII e IX.

D) I, III, V, VII, VIII e IX.

43. Em 2016, entrou em vigor a nova estrutura de codificação das Naturezas de Receita da União, de forma a prover melhorias na estrutura de formação dos códigos da classificação, aplicando lógica integralmente voltada para a gestão das receitas orçamentárias. No que se refere a essa nova estrutura dos códigos,

A) a associação é efetuada por meio de um código numérico de 8 dígitos, cujas posições ordinais passam a ter o seguinte significado: C O E DDDD T, em que “C” corresponde à Categoria Econômica, “O”, à Origem, “E”, à Espécie, “D”, aos Desdobramentos para identificação de peculiaridades da receita e “T”, ao Tipo.

B) a associação é efetuada por meio de um código numérico de 8 dígitos, cujas posições ordinais passam a ter o seguinte significado: C O E RR AA T, em que “C” corresponde à Categoria Econômica, “O”, à Origem, “E”, à Espécie, “R”, à Rubrica, “A”, à alínea e “T”, ao Tipo.

C) a associação é efetuada por meio de um código numérico de 9 dígitos, cujas posições ordinais passam a ter o seguinte significado: C O E R AA DD T, em que “C” corresponde à Categoria Econômica, “O”, à Origem, “E”, à Espécie, “R”, à Rubrica, “A”, à Alínea, “D”, aos Desdobramentos e “T”, ao Tipo.

D) a associação é efetuada por meio de um código numérico de 9 dígitos, cujas posições ordinais passam a ter o seguinte significado: C O E DDDDD T, em que “C” corresponde à Categoria Econômica, “O”, à Origem, “E”, à Espécie, “D”, aos Desdobramentos e “T”, ao Tipo.

44. Dentre os instrumentos que compõem o modelo orçamentário brasileiro, está a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Acerca de seu conteúdo mínimo obrigatório, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Responsabilidade Fiscal preveem, respectivamente, que a LDO

A) estabeleça a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e disponha sobre as alterações na legislação tributária.

B) defina critérios e formas de limitação de empenho e disponha sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

C) disponha sobre o equilíbrio entre receitas e despesas e estabeleça a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

D) oriente a elaboração e a execução da Lei Orçamentária e defina o montante e a forma de utilização da reserva de contingência.

45. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que o Anexo de Metas Fiscais integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias. Nesse Anexo, serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, para as variáveis

A) receitas, despesas, resultados nominal e operacional e montante da dívida pública.

B) receitas, despesas, resultados nominal e primário e passivos contingentes.

C) receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.

D) receitas, despesas, resultados nominal e operacional e passivos contingentes.

46. O Art. 167 da Constituição Federal de 1988 estabelece algumas vedações no âmbito da Administração Pública. Dentre elas, estão

A) transpor, remanejar, ou transferir recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

B) realizar operações de crédito e operações de crédito por antecipação da receita orçamentária em montante superior ao total das despesas de capital.

C) abrir crédito suplementar ou especial sem prévia indicação dos recursos financeiros suficientes para pagamento das despesas empenhadas no exercício.

D) realizar despesas ou assumir obrigações diretas sem disponibilidades financeiras para pagamento dos compromissos assumidos.

47. A Lei n. 4320/64 que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, estabelece que

A) a inscrição em restos a pagar está vedada no último ano de mandato do presidente, do governador ou do prefeito municipal.

B) as despesas empenhadas não pagas até o dia 31 de dezembro do mesmo exercício financeiro, processadas ou não, são consideradas restos a pagar.

C) a inscrição em restos a pagar é permitida a partir do décimo dia do início do exercício, devendo ser liquidados até o dia 10/12 de cada ano.

D) restos a pagar são despesas pendentes de empenho e pagamento quando do encerramento do exercício financeiro.

48. Tendo em vista as previsões contidas na Lei 4.320/64, acerca dos restos a pagar e das despesas de exercícios anteriores, considere as seguintes transações ocorridas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no exercício financeiro de 2016:

I	Em 31 de dezembro de 2016, a despesa com a prestação de serviço de instalação de equipamentos foi empenhada, mas o serviço ainda não havia sido executado.
II	Em 31 de dezembro de 2016, foi verificada e aceita, pela UFRN, a entrega de um lote de material adquirido de um fornecedor, cuja despesa foi empenhada e liquidada em 2016, mas não paga em 2016.
III	Em 10 de janeiro de 2016, foi reconhecida a obrigação com um credor cuja despesa tinha sido empenhada e cancelada no exercício de 2015.

As transações I, II e III devem ter sido registradas no exercício financeiro de 2016, respectivamente, como:

A) Despesas de Exercícios Anteriores, Restos a Pagar não Processados e Restos a Pagar Processados.

B) Restos a Pagar não Processados, Restos a Pagar Processados e Despesas de Exercícios Anteriores.

C) Despesas de Exercícios Anteriores, Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados.

D) Restos a Pagar Processados, Restos a Pagar não Processados e Despesas de Exercícios Anteriores.

49. De acordo com a nova estrutura das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), o demonstrativo contábil que apresenta saldos de exercícios anteriores provenientes da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, e também o saldo da reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, denomina-se

A) Demonstração das Variações Patrimoniais.

B) Balanço Financeiro.

C) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

D) Balanço Orçamentário.

50. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, é dever da Administração Pública realizar uma ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar. Esse dever pressupõe uma responsabilidade da gestão

A) orçamentária.
B) fiscal.
C) financeira.
D) patrimonial.